

entre linhas

Ano XIV
Número 66
Abr-Mai-Jun 2014



PSICOLOGIA E RELAÇÕES COM A JUSTIÇA

A dificuldade da Psicologia em atender demandas objetivas e exatas torna essa relação um processo complexo. O EntreLinhas convida a categoria a ampliar o debate sobre o tema, refletindo sobre posicionamento dos profissionais diante de demandas da Justiça.

**10 anos do currículo amplo:
o que de fato mudou na
formação do psicólogo?**

pág. 20

**A Psicologia na
educação para o
trânsito**

pág. 25

A dificuldade da Psicologia em atender demandas objetivas e exatas torna a relação com a Justiça um processo complexo. “Com quem deve ficar a criança?”, “O apenado está preparado para viver em liberdade?”, “A criança sofreu um abuso?”, “O candidato está apto a ser aprovado nesse concurso público?”, “Esse motorista está apto a receber a CNH?”, “Esta pessoa tem condições de ter porte de armas?”. Esses são exemplos de questionamentos que chegam para a Psicologia, demonstrando a simplificação com que a atuação do psicólogo é, muitas vezes, vista pelos operadores do Direito e que abordamos na matéria principal desta edição. A reportagem destaca depoimentos de profissionais que mantêm diferentes formas de relações com a Justiça.

Outro tema abordado nesta edição refere-se à formação do Psicólogo. As fragilidades apresentadas na formação dos profissionais, quando inseridos nos mais diversos campos de trabalho, são relatadas tanto nos espaços de diálogo com a categoria, como o projeto Conversando sobre a Psicologia e o SUAS, quanto nas demandas de orientação feitas à Área Técnica do Conselho.

Já o Relato de Experiência contempla o tema da Psicologia Organizacional, atendendo a uma solicitação da categoria que participou da Enquete sobre o jornal EntreLinhas.

E como estamos em época de Copa do Mundo, o CRPRS propôs um debate sobre o tema Psicologia e Esporte. A proposta é discutir lugares e funções que os profissionais têm assumido neste campo. Além disso, o CRPRS faz um alerta à sociedade sobre possíveis violações de direito e o incremento de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes gerados por grandes eventos como a Copa do Mundo. Estamos atentos a essas questões.

Boa leitura!

Fique em dia

→ Em 31/05 venceu a última parcela da anuidade de 2014, para quem optou pelo pagamento parcelado. A partir deste mês, o CRPRS iniciará os procedimentos de cobrança (recobrança) junto aos psicólogos que ainda não quitaram a sua anuidade de 2014.

Aqueles que precisarem alterar a data de vencimento sugerida no boleto ou a forma de parcelamento devem entrar em contato com o Setor de Cobrança pelo telefone (51) 3334.6799 ou pelo e-mail fiqueemdia@crprs.org.br.

Débitos anteriores a 2014 eventualmente existentes também podem ser negociados, evitando a inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

Lembramos que o CRPRS está à disposição para encontrar a melhor solução para cada caso.

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão Editorial: Alessandra Xavier Miron, Anderson Comin, Caroline Martini Kraid Pereira, Elisângela Santos e Lucio Fernando Garcia

Jornalista Responsável:

Aline Victorino – Mtb 11602

Estagiária de Jornalismo:

Audrey Lockmann Barbosa

Redação: Aline Victorino

Relações Públicas:

Belisa Z. Giorgis / CONRERP/4-3007

Nádia Miola /CONRERP/4-3008

Eventos: Adriana Burmann

Comentários e sugestões:

imprensa@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede: Av. Protásio Alves, 2854/301 –

Porto Alegre

CEP: 90410-006

Fone/Fax: (51) 3334-6799

crprs@crprs.org.br

Subsede Serra:

Rua Coronel Flores, 749/505 – **Caxias do Sul**

CEP: 95034-060

Fone/Fax: (54) 3223-7848

caxias@crprs.org.br

Subsede Sul:

Rua Félix da Cunha, 772/304 – **Pelotas**

CEP: 96010-000

Fone/Fax: (53) 3227-4197

pelotas@crprs.org.br

Subsede Centro-Oeste:

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1709/401

– **Santa Maria**

CEP: 97015-373

Fone/Fax: (55) 3219-5299

santamaria@crprs.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação:

Tavane Reichert Machado

Ilustrações: Marcia Guimarães Spies,

Ariane Rauber e Liziane Minuzzo

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 15.000 exemplares

Distribuição gratuita

www.crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiar

 youtube.com/crprs

Comunicado sobre o concurso da ACADEPOL

→ O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) vem a público informar que tomou conhecimento de posturas profissionais inadequadas que ocorreram durante a etapa de devolução da Avaliação Psicológica do referido concurso. Frente aos casos relatados a este Conselho, foram tomadas providências como orientações aos envolvidos (candidatos, banca examinadora, psicólogos que acompanharam candidatos) sobre os aspectos legais que envolvem avaliações psicológicas em concursos públicos, tanto por demanda espontânea como por iniciativa desta Autarquia, e convocações de psicólogos junto à Comissão de Orientação e Fiscalização, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o ocorrido.

O CRPRS ainda esteve presente no dia das entrevistas devolutivas na instância de recurso da avaliação psicológica, nas dependências da Academia de Polícia.

Comunicamos que estamos atentos às condutas que têm sido praticadas, tanto pelos profissionais que acompanham os candidatos, como pelos profissionais avaliadores, sempre no intuito de orientar, fiscalizar e qualificar a prática profissional. Lembramos que, sempre que preciso, o CRPRS tomará as providências legais e administrativas necessárias para uma prática ética e adequada aos ditames da profissão.

Sumário

04	FIQUE ATENTO	20	FORMAÇÃO
05	JUSTIÇA		<i>10 anos do currículo amplo: o que de fato mudou na formação do psicólogo?</i>
	<i>Psicologia e Relações com a Justiça</i>	22	ARTIGO
	<i>Instituições de Acolhimento e Unidades Socioeducativas</i>		<i>A formação em psicologia e a psicologia em formação</i>
	<i>Trabalho Transdisciplinar</i>	24	CREPOP
	<i>Escuta de crianças e adolescentes na Justiça</i>		<i>Direitos sexuais e reprodutivos em pauta</i>
	<i>A experiência do Núcleo de Práticas Jurídicas do Projeto de Atenção Ampliada à Saúde – PAAS</i>	25	TRÂNSITO
	<i>Comissão de Ética</i>		<i>A Psicologia na educação para o trânsito</i>
	<i>Medida Socioeducativa: entre A & Z</i>	27	ORIENTAÇÃO
15	RELATO DE EXPERIÊNCIA		<i>Avaliação Psicológica em situações de perícia e de recursos administrativos</i>
	<i>Consultoria Organizacional como Dispositivo Clínico</i>	28	AGENDA
16	ENTREVISTA		
	<i>Psicologia e Esporte</i>		



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 7ª Região

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Alexandra Maria Campelo Ximendes, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **Rosângela Maria Jasniewicz Machado**, CRPRS-2492, por infração ética ao artigo 1º, alínea "c" do Código de Ética Profissional do Psicólogo e Resolução CFP nº007/2009.

Porto Alegre, 16 de junho de 2014.

fique atento

Exploração Sexual



→ Lembrando o 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o CRPRS convoca a categoria a ficar atenta às ações de enfrentamento à exploração sexual durante a Copa do Mundo no Brasil. O evento pode agravar situações de vulnerabilidade entre crianças e adolescentes.

Recentemente foi lançada a campanha internacional “Não desvie o olhar”, cujo objetivo é proteger os direitos de crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo e sensibilizar a população sobre a importância da denúncia. A ação envolve todo o Brasil, especialmente as 12 cidades-sede dos jogos, além de 19 países da Europa e África.

Denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes podem ser feitas pelo Disque 100 ou nos Conselhos Tutelares que receberam capacitações do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR).



Saiba mais acessando relatório produzido pela ONG Childhood Brasil, disponível em http://bit.ly/childhood_copa.

Ato Médico

→ Com o argumento de que o PL 6.126/13, conhecido como Novo Ato Médico, não é prioridade no momento para nenhuma profissão, o deputado Eleuses Paiva solicitou a rejeição ao projeto no início de abril, durante audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família. A proposta aguarda definição de relator.



Fique atento e acompanhe a tramitação do projeto em www.crprs.org.br

PEC 51

→ Está tramitando no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 51 de 2013, de autoria do senador Lindbergh Farias. A proposta altera os art. 21, 24 e 144 da Constituição, acrescenta os art. 143-A, 144-A e 144-B e reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial.



O CRPRS recomenda a leitura do texto do psicólogo Rodrigo Lages e Silva que aborda a questão, disponível em <http://bit.ly/pec51>.



Psicologia e Relações com a Justiça

A dificuldade da Psicologia em produzir respostas objetivas e exatas torna a relação com a Justiça um processo complexo, principalmente pela simplificação com que a atuação do psicólogo é, muitas vezes, vista pelos operadores do Direito.

“Não conseguimos responder tão objetivamente a muitos dos quesitos formulados pelas partes e pelo próprio Judiciário. Os operadores do Direito, em algumas situações, exigem respos-

tas de ‘sim’ ou ‘não’, o estabelecimento de datas de início de uma patologia, ou de prognóstico de doenças mentais que nem sempre atendem de forma satisfatória aos processos judiciais, em virtude da Psicologia não ser uma ciência exata, que permita respostas tão precisas”, afirma **Vivian de Medeiros Lagos**, que desenvolve trabalhos na área de avaliação psicológica forense, prestando assessoria técnica a advogados de Direito de Família.

Vivian de Medeiros Lagos
Graduada em Direito e em Psicologia. Possui especialização em Psicologia Jurídica (Ulbra) e é Mestre e Doutora em Psicologia (UFRGS).

Lindomar Darós
Psicólogo –
Perspectiva
Sócio-Histórica,
Doutorando UERJ.



SAIBA MAIS:
Tese de doutorado
"Construção de
um sistema de
avaliação do
relacionamento
parental para
situações de
disputa de guarda"
de Vivian de
Medeiros Lago.
http://bit.ly/tese_vivian_lago

Artigo "Avaliação
Psicológica:
implicações éticas"
de Alexandra Anache
e Caroline Reppold
publicado no livro
do CFP "Avaliação
Psicológica – Diretrizes
na Regulamentação da
Profissão", disponível
em http://bit.ly/avaliacao_psicologica

"Temos que afirmar a diferença, destacando a equidade dos saberes, os quais deveriam estar a serviço da população atendida, não dos representantes do Direito."

Para **Lindomar Darós**, psicólogo na Vara de Infância, Juventude e Idoso da Comarca de São Gonçalo no Rio de Janeiro, a relação com o Poder Judiciário é marcada por uma rígida hierarquia. "A magistratura, salvo raras exceções, trata aqueles que representam outros saberes que não o do Direito, de modo subalternizado. Temos que afirmar a diferença, destacando a equidade dos saberes, os quais deveriam estar a serviço da população atendida, não dos representantes do Direito".

Conforme Vivian, a Psicologia Jurídica ainda tem muito a se desenvolver e, por isso, a valorização e compreensão do trabalho do psicólogo por parte do Judiciário ainda encontra-se em construção. "Os juízes que solicitam perícias e que, a partir das mesmas, conseguem obter informações importantes para tomar suas decisões, tendem a solicitar cada vez mais avaliações e a valorizá-las, entendendo a necessidade, por exemplo, de prazos mais longos para a realização de perícias, dependendo da situação que se apresenta. Por outro lado, infeliz-

mente, ainda evidenciamos muitos documentos psicológicos com falhas éticas e técnicas, revelando trabalhos de pouca qualidade, que pouco contribuem para o Judiciário. Esses trabalhos prejudicam não apenas o caso em si sob avaliação, mas também podem acarretar percepções distorcidas sobre a avaliação psicológica no contexto forense", analisa.

Devido à carência de instrumentos específicos para a avaliação psicológica no Judiciário, Vivian defende a pesquisa na área. "Os instrumentos utilizados, hoje em dia, na maior parte das vezes, foram delineados para o contexto clínico e, por isso, podem estar mais sujeitos à manipulação dos resultados, característica mais frequente no contexto forense. É fundamental que pesquisadores se dediquem a explorar essa área, contribuindo com instrumentos adaptados para o contexto forense, que minimizem a chance de prejuízo à validade dos achados e corroborem a cientificidade das técnicas de avaliação psicológica, valorizando nosso trabalho perante o Judiciário".

Instituições de Acolhimento e Unidades Socioeducativas

No âmbito das instituições de acolhimento e unidades socioeducativas, as demandas passam pelo acolhimento institucional e acompanhamento de crianças e adolescentes e de suas respectivas famílias, pela inserção em programas, pelo atendimento clínico e participações nas audiências para prestar seu depoimento sobre o caso acompanhado.

“Recebemos quantas demandas puderem ser pensadas para ‘adequar’ o sujeito a um modelo considerado desejado”, afirma **Mirela de Cintra**, psicóloga da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), que destaca a dificuldade da Psicologia estabelecer um bom relacionamento com a Justiça. “O psicólogo se vê na intersecção entre o saber jurídico, a demanda explícita ou velada pela segregação social e todo um complexo sistema de programas de atendimento aos adolescentes. Campos estes que deveriam se articular para atendê-los integralmente, mas que, em si, já são fragmentados e *fragmentantes*”.

Além dessa dificuldade relatada por Mirela, a psicóloga **Eduarda Coelho Torres**, que atua em Casa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes pela Prefeitura de Novo Hamburgo, destaca que a relação com a Justiça torna-se mais estreita no momento da construção do plano individual de atendimento, quan-

do a criança ou o adolescente chegam. Para produzir o plano, é feito um estudo do caso e ações específicas a serem realizadas e, como preconiza o **ECA**, as ações iniciais são sempre em direção ao resgate ou construção de vínculos familiares. Essa construção nem sempre pode ser feita no tempo exíguo imposto pela Justiça. “O documento é encaminhado à autoridade judiciária que passa a acompanhar todo o trabalho realizado com a criança e sua família. Esse contato é fundamental para que o juiz possa estar bem embasado ao proferir suas sentenças”, explica Eduarda.

De acordo com Mirela, nas unidades de medida socioeducativas, a função do psicólogo deve ser a de criar um espaço propício à elaboração subjetiva, trabalhando a singularidade de cada um desses adolescentes. “Devemos trabalhar na construção de significados com relação à medida, fazendo o adolescente entender por que foi necessário tal ato e por que a sociedade lhe atribuiu uma medida que é socioeducativa e não apenas punitiva. Se não há possibilidade do sujeito questionar-se sobre o que fez, as consequências de seus atos e a responsabilidade que cada um tem sobre seu futuro, não há mudança possível”. Outra atribuição da Psicologia é tentar traduzir aos jovens o momento



ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
http://bit.ly/Estatuto_Crianca_Adolescente

Mirela de Cintra
Graduada em Psicologia e Direito, Especialista em psicologia clínica e direitos humanos pela UFRGS. Trabalha há 10 anos na Assistência Social do Município de Porto Alegre.

Eduarda Coelho Torres
Psicóloga na Secretaria do Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo, já tendo atuado tanto na Proteção Social Básica quanto na Proteção Social Especial de Alta Complexidade.



SAIBA MAIS:
Entrelinhas nº 39
www.crprs.org.br/entrelinhas39

Dissertação de mestrado "(Falência familiar)+(Uso de drogas) = risco e periculosidade: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória" de Carolina dos Reis.
http://bit.ly/dissertacao_carolina_reis

Artigo "O carcereiro que há em nós" de Edson Passeti, publicado no livro do CRPRS "Entre garantia de direitos e práticas libertárias".
www.crprs.org.br/garantiadireitos

de encontro com os operadores de direito, trabalhando a audiência como uma inserção no simbólico. "Esse é o momento de retomar os fios esgarçados do laço social, que esse possa ser um retorno do adolescente a seu lugar de cidadão e que, antes de pagar com o corpo, ele pode e deve pagar com palavras, ou seja, recobrir seus atos com palavras", acredita Mirela.

Eduarda ressalta ser um equívoco acreditar que o psicólogo que trabalha inserido na instituição de acolhimento deva restringir sua ligação com a

Justiça a apenas responder às solicitações do poder judiciário. "O profissional comprometido com o seu fazer tem amplo conhecimento dos casos que acompanha e está capacitado a posicionar-se criticamente em relação a eles. É fundamental que perceba a importância de seu papel e assuma seu protagonismo nesta rede, não agindo simplesmente quando solicitado, mas propondo momentos de discussão e reflexão crítica. O espaço está aberto, basta ocupá-lo com responsabilidade, competência técnica e iniciativa".

Trabalho Transdisciplinar

Como forma de minimizar os conflitos gerados na relação com a Justiça, Lindomar defende um trabalho transdisciplinar como potência para produzir diferença, tanto nas próprias profissões, quanto na vida de quem é atendido. O trabalho em rede é visto como o caminho para garantia de direitos de crianças, adolescentes e idosos. "O ato de transdisciplinarizar rompe com modelos hierárquicos de saberes e setores. Deste modo, precisamos estar juntos à educação, saúde, assistência social, organizações não governamentais, sempre prontos a escutar a diferença, afirmando-a, notadamente naquilo que nos inquieta", declara.

Como exemplo desse trabalho transdisciplinar, Lindomar descreve a parceria estabelecida com os profissionais do Serviço Social na Vara

de Infância, Juventude e Idoso da Comarca onde atua como psicólogo, produzindo relatórios e pareceres técnicos comuns, sem uma delimitação específica das áreas. "A produção dos documentos se dava na delicadeza do encontro, na intervenção. Isto sempre se mostrou, segundo nossa apreensão, potente. Porém, a partir da Resolução CFESS 557/2009, que exige que o parecer social seja especificado, não mais fazemos os pareceres conjuntos, apenas os relatórios e, ao final, sinalizamos o Parecer Psicológico e o Parecer Social, os quais acabam por apresentar modos diferentes de apontar aquilo que fora produzido no transdisciplinarizar da intervenção. A equipe se enriquece na diferença de perspectivas disciplinares diversas".

Escuta de crianças e adolescentes na Justiça

Com relação à escuta de crianças e adolescentes na Justiça, Lindomar Darós esclarece que a prática da Psicologia não pode ser confundida com inquirição. “A inquirição diz de uma posição no mundo que impõe àquele que é instado a falar, dizer no tempo de quem pergunta, sem silêncios, pausas, delongas ou reticências. Eu pergunto e você responde. E responde aquilo que lhe pergunto, sem maiores explicações, caso eu não lhe peça detalhes. Quanto à escuta, diz de uma posição daquele que se dispõe a estar com o outro, no tempo possível ao outro, para dizer em conformidade com sua demanda”.

Lindomar defende que a entrada do psicólogo no Poder Judiciário deve ser pensada para produzir escuta, já que a inquirição cabe aos operadores do Direito. “Ao que parece, não é a escuta que o Tribunal de Justiça nos requer, mas a inquirição. Afinal, nossos relatórios técnicos deixaram de ser considerados adequados, pois não eram suficientes para se condenar. Assim, dentro da estrutura do Poder Judiciário em termos macropolíticos – o que não retrata a experiência vivida pela nossa equipe especificamente – passaram a nos demandar outra intervenção

que não a escuta psicológica, mas a inquirição, uma ‘escuta’ produtora de provas suficiente para condenar. Isto, segundo minha análise, diz não apenas da escuta de crianças, mas de todos os jurisdicionados. Cobram dos psicólogos e também dos assistentes sociais, ‘depoimentos sem dano’, exames criminológicos, participação em comissões disciplinares nos presídios. Quando resistimos, somos apontados como indisciplinados. Talvez estejamos em boa companhia, pois há notáveis defensores da (in)disciplina”.

Em 2005, o Conselho Federal de Psicologia iniciou o debate sobre a escuta de crianças e adolescentes na Rede de Proteção. Como resultado dessa discussão, foi publicada a Resolução 010/2010 que vedava ao psicólogo o papel de inquiridor, prática que ficou conhecida como Depoimento sem Dano, no atendimento de Crianças e Adolescentes em situação de violência. Porém, a mesma foi suspensa após o questionamento judicial.

A discussão se ampliou para além do aspecto procedimental e passou-se a questionar se a mudança de ambiente e de estratégia de fato reassegura direitos, visto que coloca crianças e adolescentes apenas como “objeto” de

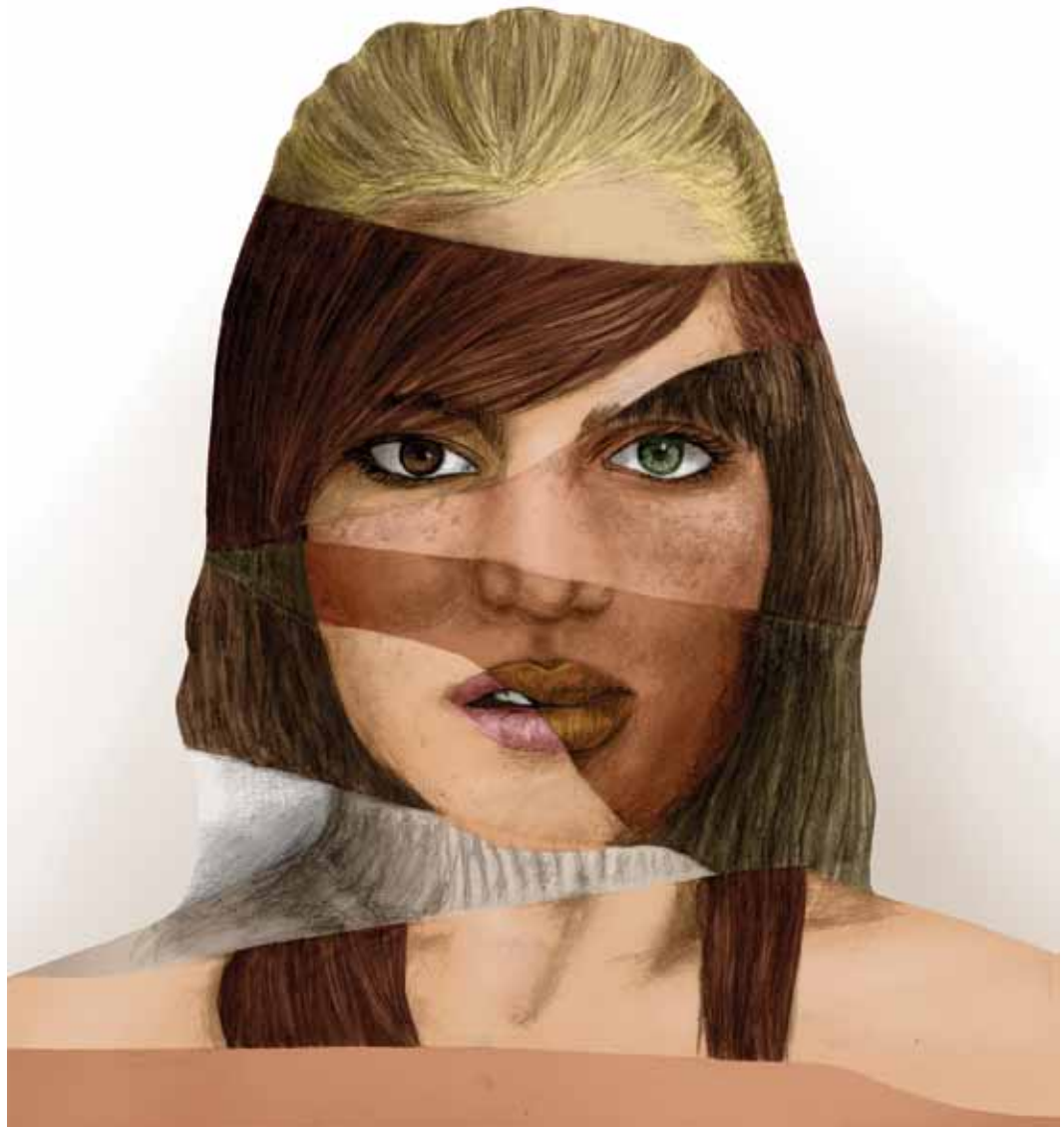


SAIBA MAIS:
Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, publicação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.
http://bit.ly/orientacoes_CONANDA_CNAS

Publicação do CFP “A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção”.
http://bit.ly/escuta_crianças_adolescentes



Nota sobre Resolução do CFP nº 010/2010
http://bit.ly/resolucao010_2010



SAIBA MAIS:

O V Conversando sobre a Psicologia e o SUAS em Caxias do Sul, realizado em agosto de 2013, tratou das Relações com a Justiça. Confira resumo das questões abordadas em www.crprs.org.br/entrelinhas66

Leia entrevistas na íntegra em www.crprs.org.br/entrelinhas66

produção de prova, com vistas à responsabilização do agressor.

Há consenso entre os que repudiam e os que defendem a criação de salas especiais, para a realização do denominado “depoimento sem dano” ou “depoimento especial”, de que é necessário evitar a revitimização de crianças e adolescentes que são colocados em sucessivas situações de repetição da

história da violência vivida ou presenciada. Não há consenso, entretanto, no entendimento de que a inquirição não seja revitimizante ou violadora de direitos, mesmo em ambientes mais humanizados, visto que seu único objetivo é a responsabilização do agressor.

O CFP defende que não é papel do psicólogo realizar inquirição monitorado pelo juiz que lhe determina as

perguntas a serem feitas à criança e ao adolescente. A inquirição é um procedimento jurídico, constitui-se em um interrogatório, cujo objetivo é levantar dados para instrução de um processo judicial, visando à produção de prova, sendo as perguntas feitas à criança e ao adolescente orientadas pelas necessidades do processo. A escuta psicológica caracteriza-se por ser uma relação de cuidado, acolhedora e não invasiva, para a qual se requer a disposição de escutar, respeitando-se o tempo de elaboração da situação traumática, as peculiaridades do momento do desenvolvimento e, sobretudo visando a não revitimização. A escuta leva em conta a dimensão subjetiva, que também deve ser considerada na perspectiva dos direitos humanos.

Ao elaborar a Resolução 010/2010, o Conselho Federal defendia a necessidade da escuta sempre ser fundamentada nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta previstos no ECA, em decorrência da situação peculiar de desenvolvimento em que se encontram crianças e adolescentes, na legislação específica da profissão e nos marcos teóricos, técnicos e metodológicos da Psicologia como ciência e profissão.

“A derrubada da resolução configura-se uma intromissão no que diz respeito à capacidade técnica dos conselhos de classe das profissões regulamentadas de dizerem dos limites ético-técnicos-políticos de suas respectivas profissões”, afirma Lindomar.



ENTRELINHAS RECOMENDA:

→ Filme “O Juízo”, de Maria Augusta Ramos (2007)

→ Filme “O Contador de Histórias”, de Luiz Villaça (2009)

A experiência do Núcleo de Práticas Jurídicas do Projeto de Atenção Ampliada à Saúde – PAAS

→ Desenvolvido pela Unisinos, o Projeto de Atenção Ampliada à Saúde (PAAS) atua de forma interdisciplinar atendendo à comunidade de São Leopoldo e região, além de constituir-se como campo de estágio para os acadêmicos. O Núcleo de Práticas Jurídicas é o responsável pela articulação entre a Psicologia e as demandas do Judiciário. Conheça o Projeto acessando www.crprs.org.br/entrelinhas66.



QUER AMPLIAR O DEBATE SOBRE O TEMA?

Participe das Comissões de Avaliação Psicológica, Políticas Públicas ou das atividades do CREPOP, como o Conversando sobre a Psicologia e o SUAS. Acompanhe a agenda de reuniões em www.crprs.org.br/comissoesegts.

Comissão de Ética

Uma urgência coloca-se na relação que se estabelece, sempre mais intensa, entre as práticas psicológicas e o campo jurídico. Trata-se de trazer para a discussão a dimensão ética do fazer psicológico, colocando em pauta o modo pelo qual efetivamos essa relação e os modos pelos quais chegamos a instituir novas formas conceituais e procedimentais, tanto na produção do conhecimento psi como na atuação profissional do psicólogo junto aos trâmites judiciais. Para começar este debate, cabe nos perguntarmos: como entendemos essa dimensão ética?

Pensamos que, para muito além de estipular um “dever ser” nos modos de se produzir conhecimento e de se inserir nas práticas profissionais, estamos nos referindo à reflexão e problematização das questões e temáticas que nos assolam na contemporaneidade. Tais questões nos levam, em múltiplos processos, a nos constituirmos de uma determinada forma, a sermos – sujeitos – deste ou daquele modo, ou ainda a sermos chamados e reconhecidos por esta ou aquela marca objetiva e subjetiva de identificação. Não estamos, portanto, falando de regulamentos para conduzir

comportamentos, ou ainda de procedimentos disciplinares relacionados a condutas acadêmicas e profissionais desviantes ou não na elaboração de suas atividades.

Esse debate se refere tanto a uma identificação profissional – psicólogo que nos coloca em uma multiplicidade de práticas relativas à subjetividade humana, como também às inúmeras formas de como somos designados objetivamente em nosso fazer, tais como: psicólogo especialista na infância, ou psicólogo perito judicial, ou ainda, psicólogo especialista em conflitos parentais e ao mesmo tempo, perito em avaliação psicológica, e assim por diante. No intuito de dar conta das demandas que se formam nos processos político-sociais contemporâneos, nós, psicólogos, vamos nos organizando e predispondo, dentro das possibilidades viáveis e com o maior rigor ético-profissional a contemplar, tecnicamente, o que nos convoca a partir do campo psicológico e da sociedade. No entanto, ao mesmo tempo que desenvolvemos um saber específico no campo da Psicologia, vamos produzindo verdades pelo estatuto científico que ser-

vem aos mecanismos da Justiça para julgar, punir e delimitar os merecedores desta ou daquela decisão judicial ou, ainda, penalidade descrita em lei. É diante destes enlances entre as práticas em Psicologia e o campo psicológico que mais uma vez, afirmamos a indissociabilidade entre um fazer científico e a sua dimensão ético-política, ou entre ciência e política. Fazemos sim, uma Psicologia implicada nas questões sociais e políticas de nosso tempo, entendendo que um embate político aí se coloca entre os campos em causa: Psicologia e Judiciário.

Sendo assim, por que queremos, neste momento, trazer a discussão da dimensão ética para a relação das práticas psicológicas no campo judiciário? Esta questão nos convoca fortemente a partir da participação na Comissão de Ética do CRPRS para o debate, ao nos depararmos com a enorme demanda de intervenções consideradas como faltosas nos aspectos éticos da atuação profissional em situações que se relacionam com processos ou convocatórias judiciais, sejam elas no âmbito familiar ou do direito administrativo das instituições públicas.

As denúncias que chegam à Comissão de Ética versam, principalmente, sobre ausência de guarda de documentos e ausência de realização de avaliação psicológica na área do trânsito; elaboração de documentos que extrapolam os limites técnicos ou sem fundamentação técnica utilizados no âmbito judicial; divulgação de instrumentos não reconhecidos na área da Psicologia; obtenção de vantagens financeiras a partir de processo psicoterápico.

É nesta inserção das práticas psicológicas nas demandas que se fazem todos os dias que entendemos a importância da dimensão ética. Uma ética que se vincula ao campo da reflexão, a um pensamento atuante sobre os processos que nos subjetivam e nos convocam cotidianamente. Logo, é muito mais do que um tecnicismo-instrumental que se constitui para solucionar e legitimar as normatizações afirmadas em muitos processos entrelaçados no arranjo social. Trata-se de uma ética que coloca em questão as formas pelas quais os sujeitos são tomados como objeto em uma determinada relação de conhecimento - o psicológico - e, portanto, em uma relação de poder. Estamos assim, nos referindo às formas que determinamos, enquadramos, instituímos e, muitas

vezes, até legislamos sobre as relações que constituímos na vida, ou, mais especificamente, das formas que determinamos e instituímos a partir de nossa atuação profissional. Este dizer, este determinar, este legislar passa pelo âmbito do saber. Saber sobre algo, saber sobre alguém. Passa por um saber que diz como alguém pode ou não se conduzir, como pode ou não se reconhecer, como pode ou não se comportar etc., daí uma relação de saber que também se configura em jogos de poder.

Abrir questões éticas nesta discussão implica em nos perguntarmos: como estão se formulando as denúncias à Comissão de Ética do CRPRS? Em que processos e jogos de interesse se efetivam as intervenções psicológicas consideradas faltosas? Quando falamos em intervenção/prática psicológica, de que forma queremos encaminhá-las e sob que discursos ético-políticos nos assentamos para legitimá-las? Queremos uma atuação disciplinadora e legalista na nossa profissão e na sociedade? O que queremos com esse processo? Quais os efeitos que esperamos que se produzam a partir dessa intervenção moral? O que faz com que o profissional não produza uma reflexão ética diante do seu cotidiano de trabalho? Queremos uma atuação/intervenção que

controle e puna os que escapam aos ditames dos códigos que nós mesmos estabelecemos, ou seja, uma intervenção moral sobre os psicólogos que desconsideraram a reflexão ética em seu próprio fazer? É imprescindível perguntarmo-nos se as nossas produções acadêmicas e profissionais estão privilegiando um pensamento crítico, problematizador e abrangente, sobre os modos que nos constituímos na sociedade. Urge analisarmos como se produzem os efeitos de nossas produções acadêmicas e profissionais em nós mesmos, com aqueles que nos relacionamos e com a sociedade em geral. É sobre esta relação de um conhecimento implicado politicamente, atuante, produto e efeito de nossa experiência na vida que estamos falando aqui. Falamos aqui de uma relação pensada e constituída na liberdade e não pela lei, ou seja, na reflexão ética que se faz em múltiplas formas de pensar e experimentar a vida. Trata-se de uma discussão aberta e sempre a se fazer!



Zuleika Köhler Gonzales
Conselheira integrante da
Comissão de Ética do CRPRS
CRP 07/8721

Medida Socioeducativa: entre A & Z

Organizado pelas equipes do Núcleo de Extensão do Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA) da UFRGS, o livro “Medida Socioeducativa: entre A & Z” surgiu a partir da experiência de profissionais de Psicologia, Direito e Educação com as práticas direcionadas ao público adolescente que cumpre medida socioeducativa, sendo financiado pelo Edital Nacional da Política de Extensão (Proext/Mec2013).

A obra atende à linha temática “educação e direitos humanos” desta Política de Extensão com vistas à elaboração de material didático-pedagógico para contribuir em ações de formação no atendimento educacional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Apresenta um glossário, conjunto de verbetes das medidas socioeducativas, escritos “menos para dar conta da descrição técnica de termos que designam a vida de adolescentes e de seus atos infracionais, mais para fazer de vozes solitárias, que lutam pela política da garantia de direitos de adolescentes, uma escrita que pode vir a ser a audição de muitos”, conforme descreve a psicóloga e professora Gislei Domingas R. Lazzarotto, integrante da equipe organizadora da obra.

Confira trechos da definição de alguns verbetes apresentados na publicação:



Mais informações sobre a obra pelo e-mail ppsc@ufrgs.br.

Ato Infracional (Carmem Maria Craidy, pedagoga, doutora em Educação) – “O que pode parecer um detalhe tem alto significado: o adolescente deverá ser tratado a partir de sua condição, como pessoa em desenvolvimento com possibilidades múltiplas e não simplesmente a partir do ato infracional que tiver cometido. Ele não é o ato que cometeu e mesmo se for responsabilizado pelo mesmo, deverá ser visto e tratado para além dele...”.

Brete (B.F. e J.M.G.) – “Não é um quarto. É um quadrado. Ele tem uma porta de ferro, toda gradeada. Já vem com as jegas, mas é só isso que tem dentro. A parede é toda escrita, todo mundo coloca o nome lá. Dizem que se tu escrever teu nome chama de volta e tu cai de novo, mas isso é superstição. A porta se chama portiola. Dentro de um ‘brete’ cabe no máximo 8 guris, mas depende; tem uns que é de 3. Tem janela, mas nem passa o dedo do cara pra pegar um vento. E no calor! Todo mundo se abana, melhor é dormir no piso que é mais gelado”.



Conselho Tutelar (Estela Scheinvar, socióloga, doutora em Educação) – “Sob a lógica do direito, o distanciamento de um padrão é um delito que tem que ser julgado, sentenciado e punido. Não vemos todos os setores da sociedade frequentarem o conselho tutelar, e os que lá vão se caracterizam, sobretudo, por não poderem decidir como fazer a sua vida, sendo submetidos a conselhos que ressoam como sentenças a serem cumpridas”.

Consultoria Organizacional como Dispositivo Clínico



Miriam Corso Minotto
Psicóloga Organizacional, assessora em desenvolvimento de Recursos Humanos. É coordenadora do GT Psicologia do Trabalho, participa GT de História e da Comissão Gestora da Subsede Serra do CRPRS.

Saindo dos limites que a prática tradicional em muitas situações nos impõe, quis experimentar uma outra prática, um outro olhar, uma outra postura dentro das organizações: a de ser uma consultora analista. Foi então que busquei os referenciais da psicologia social e institucional e da filosofia da diferença, com o intuito de analisar, interrogar, lançar perguntas, experimentar uma outra forma de fazer Psicologia. Apresento três recortes que exemplificam essa prática.

Numa empresa de grande porte não existia RH, apenas Departamento Pessoal em seu aspecto mais antigo, sem nenhuma forma de integração de novos funcionários. Realizei, então, um projeto de estruturação da área de RH. Foi um trabalho grandioso, meses de reuniões com a diretoria, chefia do DP, outras pessoas envolvidas dentro da matriz e até das filiais, que emperrou na execução do “manual de integração”, na parte que se propunha contar alguns fatos que marcaram a história da organização. Quando percebi essa dificuldade, comecei a realizar entrevistas com uma das diretoras, que se apresentava com maior abertura para aquela proposta. Realizamos um processo de história da empresa em que apareceram fatos de dissolução de sociedade e outras histórias de família que não poderiam aparecer naquele informativo. A partir daí, o manual pôde ser concluído. Essa diretora assumiu a área de RH, que tomou outro rumo dentro do funcionamento da organização.

Dois empresários que competiam muito entre si, numa empresa de pequeno porte, queriam que todos que conviviam com eles assumissem o lado de um ou de outro.

Realizei um trabalho individual, de autoconhecimento, e grupal, voltado ao resgate da história da empresa, a conscientização de que a competitividade seria mais eficaz se fosse voltada para o mercado. Já no início do trabalho, começaram a delimitar o espaço de cada um. A relação de desconfiança que havia com os funcionários também mudou.

Já numa empresa de médio porte, com uma boa estrutura física, as pessoas estavam completamente desintegradas. Os setores funcionavam de forma independente, nunca realizavam reuniões e não se conheciam, o que acarretava diversos problemas. Após a devolução do diagnóstico e a realização de um plano de ação, comecei um trabalho com o grupo de gerentes, e, paralelamente com o empresário. Com o grupo, realizei atividades de autogestão, autodiagnóstico da organização e busca de soluções para os problemas levantados. Foi também realizado um trabalho individual com cada gerente. Com o empresário, foi trabalhada sua forma de gestão centralizadora, sem espaço para os gerentes atuarem, e o que isso gerava para os resultados organizacionais. Os gerentes conquistaram um espaço que antes não havia e o que eles propuseram pôde ser implantado.

Nos exemplos citados, a consultoria se propôs a gerar consciência e aprendizagem dos processos que estavam ali em jogo, fazendo com que as pessoas se apropriassem do conhecimento e do resultado que ia sendo gerado. Essa forma de intervenção abre, no campo da Psicologia, um outro lugar para o psicólogo no mundo do trabalho, convocando a clínica para o universo laboral, ao invés de alimentar a segmentação deste.



PARTICIPE DA DISCUSSÃO

A Comissão de Orientação e Fiscalização vem provendo encontros com psicólogos que atuam na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Fique atento à programação divulgada em nosso site www.crprs.org.br e participe.

PARTICIPE!

Envie seu Relato de Experiência para imprensa@crprs.org.br.



Confira esse relato na íntegra em www.crprs.org.br/entrelinhas66



Acesse www.crprs.org.br/entrelinhas66 e confira depoimentos gravados nesse encontro e versão estendida da entrevista.

Leia o artigo "A Psicologia do Esporte e do Exercício: para além da otimização da performance atlética" produzido por Marcos Daou, docente do curso de Psicologia da Unifra, mestre em Psicologia, graduado em Psicologia e Educação Física, em www.crprs.org.br/entrelinhas66.

Psicologia e Esporte

Em época de Copa do Mundo, o CRPRS propõe um debate sobre as diferentes inserções da Psicologia no Esporte. A proposta é discutir lugares e funções que os profissionais têm assumido e podem assumir neste campo, considerando a complexidade das relações estabelecidas entre esportistas, familiares, instituições de ensino, esportivas, filantrópicas, grandes empresas e demais atores sociais envolvidos nesse cenário. O CRPRS convidou quatro profissionais da área para debater o tema e reproduz aqui no Entrelinhas trechos dessa conversa.

Que contribuições a Psicologia do Esporte traz, em suas diferentes áreas de atuação, para a sociedade de uma forma geral?

→ **Benno Becker Jr.** - O trabalho de esporte de alto rendimento é o que envolve mais dinheiro, lembrando que são os atletas de alto nível que estão na vitrine e dão visibilidade ao espor-

te e, conseqüentemente, incentivam a prática esportiva. O esporte deve ser trabalhado com toda a sociedade, de jovens a idosos, como forma de prevenção de problemas como ansiedade e depressão. Quando feito com adequação, acredito que o esporte seja o melhor remédio para combater a depressão, por exemplo.

→ **Cassiano Pires** – Temos que trabalhar a importância do esporte no bem estar e na saúde da população em geral. Infelizmente, ainda vemos muito crianças ou jovens que, por não terem habilidade, motricidade ou físico para atingir um alto nível de rendimento, acabam abandonando a prática, por serem mal assessoradas. O trabalho com atletas de alto rendimento é importante, mas acredito que o fim do esporte não pode ser só o esporte em si, deve ser o crescimento e o bem estar da pessoa, a criação de habilidades sociais e competências e o desenvolvimento da autoestima. Diversos desafios podem ser vencidos por meio do esporte, por isso temos que começar a tirar o esporte da área de Turismo e Lazer e começar a pensá-lo na área de Saúde. Isso mudaria completamente sua importância e seu sentido para a vida da pessoa.

→ **Márcia Pilla do Valle** – Há uma série de possibilidades de atuação para o Psicólogo do Esporte e o campo que atualmente está aberto é o que envolve projetos sociais e questões ligadas à saúde e ao esporte como atividade física e não necessariamente competitiva.

→ **Vanessa Rodrigues Alves** – A Psicologia do Esporte é muito abrangente, mas ainda se trabalha em poucas áreas. Poderíamos trabalhar em instituições como a Susepe, a Fase, com a educação, em lar de idosos, por exemplo.

Em que condições se dão essas práticas, considerando que muitas vezes há a pressão de clubes, atletas, empresários, mídia e até da própria sociedade pelo alto rendimento do atleta? Ao desenvolver sua prática, o psicólogo do esporte está a serviço de quem?

→ **Márcia Pilla do Valle** – Quando trabalhamos com esporte de alto rendimento, o limiar entre saúde e patológico é bem tênue, principalmente em modalidades precoces, como a ginástica artística ou a natação, por exemplo, em que tudo acontece muito cedo e a carreira é muito curta. Temos que trabalhar para que esse processo, no qual os atletas já estão inseridos, seja o mais saudável possível, melhorar a relação da comunicação do técnico com o atleta e criar um ambiente motivador. Também é preciso avaliar se essa é uma vontade do próprio atleta ou se é um desejo dos pais, que veem no esporte a possibilidade de ascender socialmente de alguma forma. Pensando nesse contexto, devemos estar a serviço do atleta e de todas as pessoas que estão envolvidas nesse processo.

→ **Vanessa Rodrigues Alves** – A grande diferença de nosso trabalho é que precisamos ir até as pessoas e saber trabalhar em equipe. O profissional que atua nessa área tem que ter a disponibilidade para querer aprender, pois não ficamos em uma salinha esperando as pessoas, temos que ir ao encontro delas.

Benno Becker Jr.
Graduado em Psicologia e em Educação Física, mestre em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutor em Psicologia – Universidade de Barcelona. Tem diversas publicações na área.
www.bennopsicoesporte.com.br.

Cassiano Pires
Psicólogo chefe do departamento de psicologia do projeto social WimBelemDon. Título de Master em Psicologia do Esporte e atividade física pela Universidade Autônoma de Barcelona.

Márcia Pilla do Valle
Psicóloga, mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, psicóloga membro da ABRAPESP, psicóloga esportiva do IGT – Instituto Gaúcho de Tênis.

Vanessa Rodrigues Alves
Psicóloga, especialista em Psicologia do Esporte e Exercício Físico e em Sociopsicodrama. É professora de Psicologia da Atividade Física e do Esporte na Faculdade Sogipa de Educação Física.



SAIBA MAIS:

Conheça o Projeto WimBelemDon.
www.wimbelemdon.com.br

Artigo "A produção de Diferenças pelo esporte" de Márcia Pilla do Valle.
http://bit.ly/producao_de_diferencas

Artigo "O Esporte de Alto Rendimento: Produção de Atletas no Contemporâneo" de Márcia Pilla do Valle.
http://bit.ly/esporte_alto_rendimento

Artigo "Psicologia do Esporte no contexto do Sistema Conselhos" de Mônica d'Fátima Freires da Silva.
http://bit.ly/esporte_sistema_conselhos

Artigo "Ética e Compromisso Social na Psicologia do Esporte" de Katia Rubio.
http://bit.ly/etica_compromisso_social

Associação Brasileira de Psicologia do Esporte – ABRAPESP.
www.abrapesp.org.br

Quais os principais desafios e dilemas éticos enfrentados pelo psicólogo do esporte?

→ **Benno Becker Jr.** – O profissional que começa a trabalhar com alto rendimento chega acreditando que irá determinar o seu tempo de trabalho com os atletas e não é isso o que acontece. O psicólogo do esporte precisa aproveitar cada minuto, cada intervalo do treino. Esse é o grande desafio. Uma boa estratégia de inserção para o psicólogo do esporte é ficar próximo ao treinador e ao preparador físico, buscando melhorar a comunicação dele com o atleta, estabelecendo uma relação de transparência.

→ **Cassiano Pires** – Temos que saber usar o nosso tempo no dia a dia do atleta. Eu trabalho no Projeto WinBelemDon na cancha, de boné, do lado do atleta e, realmente, a gente sofre muito por não ter um tempo exclusivo. É preciso ser criativo e aproveitar os espaços, conversando com o técnico e o instrumentalizando. O psicólogo precisa estabelecer vínculo com a equipe e transmitir a ideia de que faz parte dela.

→ **Vanessa Rodrigues Alves** – Tenho que procurar fazer o melhor dentro das minhas possibilidades. Vivi um dilema ético quando o treinador queria ver os resultados dos testes sociométricos, pedindo para que mostrasse o sociograma das relações e o grupo não liberou isso. Ele precisava ver de forma mais concreta como estava a rela-

ção com o grupo e eu não podia liberar esse resultado.

→ **Márcia Pilla do Valle** – Em um clube onde trabalhava, encaminhei a uma colega uma menina que vivia uma situação familiar bem pontual e precisava de atendimento clínico. A psicóloga me ligou questionando sobre a rotina de treino, argumentando que a menina precisava de tempo para brincar e ter outras atividades. Foi aí que me dei conta que, para mim aquilo já era normal, vi como eu estava capturada pela cultura esportiva, pois aquilo já não me causava mais nenhum incômodo. Porém, percebi que o que estava em questão não era a continuidade dela ou não na ginástica, o que precisa ser visto era o lado emocional com relação a um problema familiar pontual. Pela minha identidade clínica muito forte, sempre digo que, antes de ser psicóloga do esporte, eu sou psicóloga e, para tomar qualquer decisão, preciso estar muito bem comigo mesma e trabalhar com o seguinte tripé: conhecimento técnico (não podemos nunca parar de estudar e de se aprimorar); a supervisão ou a troca com os colegas; e o tratamento pessoal.

A proximidade de megaeventos no Brasil, como a Copa do Mundo e Olimpíadas, está ampliando o campo de atuação da Psicologia do Esporte? De que forma vocês, profissionais da área, estão vendo esses eventos?

Considerando isso, como a Psicologia do Esporte lida com a questão da espetacularização do esporte?

→ **Benno Becker Jr.** - Acredito que a Copa do Mundo pode ser muito positiva para a Psicologia do Esporte, pois deixará a sensação de que algo ficou faltando, de que a Psicologia poderia ter sido mais envolvida nessa organização. Precisamos mostrar que os psicólogos do esporte estão à disposição não só dos atletas, mas da população em geral também.

→ **Márcia Pilla do Valle** - Muitas vezes nossa participação nessa espetacularização gerada pela mídia nos gera um dilema ético. Geralmente os jornalistas buscam respostas objetivas, querem saber do psicólogo se a equipe ou o atleta “amarelou” de fato e não há como responder isso. Isso acaba abrindo espaço para a opinião e manifestação sobre o desempenho das equipes de outros profissionais que assumem o papel de motivadores e críticos.

→ **Cassiano Pires** - É importante saber aproveitar o espaço na mídia para mostrar a importância do esporte. Sabemos que poucas coisas ficam de herança desses grandes eventos. Então, que possamos contribuir para o início de uma cultura do esporte mais humanizada. Mostrar que tem muito psicólogo trabalhando e se qualificando e orientar a imprensa sobre esse trabalho. Esses grandes eventos demandam uma atenção de todas as áreas do esporte para que num futuro a sociedade consiga

ver o esporte como algo menos “furioso”, com briga, disputa, morte, e mais como uma atividade de lazer. Com relação aos problemas sociais que surgem devido a esses eventos, devemos estar atentos para dar o suporte que as pessoas envolvidas nisso precisam. Para isso, as equipes locais que estão organizando a Copa do Mundo, por exemplo, deveriam contar com psicólogos.

Você acredita que o Esporte pode servir como um meio de garantia dos direitos humanos?

→ **Márcia Pilla do Valle** - É importante não pensar o esporte somente como uma atividade de alto rendimento. O psicólogo não pode colocar sua prática apenas a serviço do rendimento. Temos o papel de minimizar sofrimento. Busco, em minha inserção dentro dos clubes, como psicóloga, mudar isso e contribuir para tornar o ambiente mais agradável, proporcionando melhores condições da prática esportiva.

→ **Cassiano Pires** - Temos que pensar no esporte como algo importante para a inclusão. Quando estão praticando esporte, as diferenças não existem, todos são iguais. Crianças que fora desse contexto vivem realidades bem diferentes (um mora numa casa de muitos andares, o outro em uma casa de chão batido, por exemplo) quando estão em quadra jogam de igual para igual. O esporte, nesse sentido, é muito igualador, tem uma questão de inclusão nata que é muito legal e temos que saber aproveitar isso.



TÍTULO DE ESPECIALISTA

O título de especialista do CFP é concedido por conclusão de curso de especialização credenciado pelo CFP ou aprovação em concurso de provas e títulos promovido periodicamente pelo CFP, comprovando experiência profissional de pelo menos 2 anos na área pretendida.
www.cfp.org.br



PARTICIPE DAS DISCUSSÕES NO CRPRS

Quer propor a discussão desse tema? Participe das reuniões das Comissões de Políticas Públicas e Avaliação Psicológica.

10 anos do currículo amplo: o que de fato mudou na formação do psicólogo?



Leia os depoimentos dos coordenadores dos cursos de Psicologia na íntegra em www.crprs.org.br/entrelinhas66.



Resolução nº 05, de 15 de março de 2011, disponível em <http://bit.ly/DCN2011>.



ABEPSI
www.abepsi.org.br



SAIBA MAIS:
Veja o histórico das DCNs em http://bit.ly/ABEP_DCNs

Publicação do CFP "Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da(o) psicóloga(o)".
http://bit.ly/CFP_Formacao

Há 10 anos tinha início um significativo processo de mudanças na formação do psicólogo, com as alterações propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2004. Sem distinção de habilitações diferentes, a formação do psicólogo passou a ser ampla, incluindo um núcleo comum, estágios básicos, estágios específicos, ênfases curriculares, articulação de competências básicas e dos eixos estruturantes e refinamento das propostas de estágios específicos. Em 2011, a nova DCN manteve as alterações de 2004 instituindo, além dessas, um projeto de formação complementar para o professor de Psicologia, em seu 13º artigo.

Para a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), as ênfases curriculares – que consistem em um recorte de um conjunto de fazeres (competências), já presentes no núcleo comum, concentradas em determinado conjunto de atividades – podem ser consideradas uma forma de atender à formação generalista, sem cair no risco da superficialidade. Cada curso tem a possibilidade de definir seus encadeamentos prioritários, independentemente das abordagens utilizadas.

O CRPRS vem debatendo, na Comissão de Formação, os desafios implicados em trabalhar a formação ampla e, ao mesmo tempo, respeitar a exigências

das ênfases curriculares que culminam na realização dos estágios específicos.

A coordenadora da Comissão de Graduação da Psicologia da UFRGS, Paula Sandrine Machado, lembra que o processo de adequação e renovação dos projetos pedagógicos produziu, em muitos cursos, certos movimentos interessantes de avaliação e de discussão sobre o profissional que se quer formar, o contexto da Psicologia, as competências gerais que a formação busca contemplar e as especificidades de cada curso. A abrangência das diretrizes, porém, aponta tanto para um profissional capaz de “fazer tudo”, quanto para um profissional que precisa saber algumas coisas básicas para poder atuar em diferentes contextos.

Para as coordenadoras de curso e de estágio da Unisinos, Rosana Cecchini de Castro e Maria Elisabeth Selbach, o núcleo comum, as competências básicas e os eixos estruturantes preconizados pelas DCN têm possibilitado uma visão abrangente e plural das múltiplas perspectivas e possibilidades de intervenção para o futuro profissional da Psicologia. “As ênfases podem ter foco no mercado de trabalho, mas não podem se desvincular da formação como um todo, sob pena de se tornarem especialidades”, salientam as coordenadoras.

Com o objetivo de evitar a especialização na formação, muitas instituições



de ensino trabalham com a proposta de ênfase como aprofundamento de estudo daquilo que já foi contemplado na formação geral do currículo.

Na Univates, por exemplo, primeiramente as ênfases ocorriam a partir do sétimo semestre, o que prejudicava a formação generalista uma vez que os estudos e disciplinas direcionavam para conteúdos muito específicos. “Alteramos para as ênfases no último ano do curso. Essa mudança trouxe maior conhecimento aos estudantes da própria atuação nos mais variados espaços”, explica a coordenadora do curso de Psicologia da Univates, Ana Lucia Bender Pereira.

A preocupação em preparar e formar o estudante para o mercado de trabalho é apontada pela coordenadora da Fisma, Bárbara Maria Barbosa Silva. Segundo ela, a formação pelas universidades não está em concordância com a atuação profissional. “Isso se

expressa quando, na inserção dos alunos nos campos de práticas e estágios, visualizamos a negação ou negligência de muitos campos de atuação do Psicólogo para a formação de alunos”, declara Bárbara. Uma estratégia adotada para dar conta dessa demanda é criar, dentro da própria instituição de ensino, espaços destinados a execução das práticas e estágios.

Para o subcoordenador do curso da UNISC, Jerto Cardoso da Silva, as DCN devem ser pensadas democraticamente e não de forma autocrática. “As diretrizes devem ser propostas a partir das inquietações dos cursos e construídas com eles”. Para ele, os cursos devem estar atentos ao mercado de trabalho, mas não devem ser apenas pautados por ele, pois trabalham na formação de profissionais críticos, ou seja, que podem ingressar no mercado, mas também transformá-lo e propor novas áreas de atuação.



PARTICIPE DA DISCUSSÃO

Quer ampliar a discussão do tema? Participe das reuniões ampliadas da Comissão de Formação. Acompanhe a agenda pelo site www.crprs.org.br/comissoesegts.

A formação em psicologia e a *psicologia em formação*

Etiane Araldi
Psicóloga (UFRGS),
Mestre em Psicologia
Social e Institucional
(UFRGS), Analista de
Políticas Sociais na
Política Nacional de
Humanização do SUS
(PNH), Ministério da
Saúde.

Em pesquisa realizada na década de 80 sobre a formação de psicólogos, com estudantes do curso de graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Luis Antonio Baptista percebeu que ela se desenvolvia em paralelo ao que se passava à sua volta. Era uma formação que pouco incluía as questões então contemporâneas da sociedade brasileira e, tampouco, sua história (BAPTISTA, 2000).

Já nos anos 2000, em nossa experiência de formação no curso de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o “mundo lá fora” parecia fazer-se bastante presente na universidade. E era um mundo que se dizia *em transformação*.

Como não poderia ser diferente em um mundo múltiplo e em uma profissão que vem se autodenominando plural, o projeto de psicologia almejado para a formação contemporânea de psicólogos não era uno. De um lado, havia o projeto de se alcançar uma psicologia verdadeiramente científica e rigorosa, contra aquelas práticas profissionais calcadas no senso comum. De outro, a esperança de se alcançar uma psicologia ética e com compromisso social, que passaria, justamente, pela superação da psicologia cientificista, pois que comprometida com o modelo neoliberal de sociedade. De um lado, a defesa de um modelo de formação por competências. De outro, sua crítica. De um lado, modos ditos clássicos de conhecer. De outro, aqueles tidos como completamente inovadores.

Luiz Claudio Mendonça Figueiredo relaciona o “estado um tanto caótico e inevitavelmente desarticulado de qualquer currículo de formação em psicologia” (FI-

GUEIREDO, 2009, p.17) às condições históricas desse campo científico e profissional, indicando o estudo da história da psicologia como forma de compreender e transformar essa realidade. Gostaríamos de apontar também um sentido inverso: o estudo desses processos de formação caóticos e desarticulados, para compreender a psicologia que temos e que vimos produzindo historicamente. A formação em psicologia expressando, ela mesma, uma *psicologia em formação*.

Essa inversão constituiu nossa pesquisa de mestrado (ARALDI, 2012), a qual, tomando como ponto de partida os impasses, dilemas e controvérsias que permeiam as experiências de psicólogos em formação, encontrou algumas vias possíveis de se colocar e se recolocar o problema do conhecer e do conhecimento psi. Partimos de um dispositivo metodológico que instigava os estudantes participantes, todos da graduação em psicologia da UFRGS, a descreverem, e analisarem coletivamente, *o que faziam* nas diferentes práticas de formação, fossem elas curriculares (de estudos, leitura, pesquisa, extensão, estágio) ou informais (conversas de corredores, experiências no Diretório Acadêmico, etc.).

As distinções dos estudantes entraram em diálogo com autores do campo dos estudos da cognição e do conhecimento (Kastrup, Varela, Maturana, Latour) que têm questionado uma forma bastante corrente, ao menos nas sociedades ocidentais, de se conceber o conhecer e o conhecimento: enquanto representação, efetivada por uma mente individual, de um mundo pré-existente à ação do conhecedor. O que isso significa? Fundamentalmente, implica separar e situar como es-



Acesse artigo na
íntegra em [www.
crprs.org.br/
entrelinhas66](http://www.crprs.org.br/entrelinhas66)

sências, de um lado, um sujeito que conhece, de outro, um mundo que se dá a conhecer.

As experiências de formação dos estudantes pesquisados sugerem que tal concepção de conhecimento tem marcado sobremaneira o campo psi, a começar pelo modo como os psicólogos se relacionam com o tema das diferentes psicologias, as escolas e escolhas teóricas. Dada a ambiguidade do objeto e da técnica do psicólogo, somada à divisão do campo entre diferentes psicologias, cada qual com concepções epistemológicas e metodológicas específicas, acostumou-se a aceitar que a teoria é a prática do psicólogo, sendo os *conceitos* ferramentas de trabalho e a *escolha teórica* um passo necessário para que o profissional se constitua enquanto tal e para que suas intervenções sejam legitimamente designadas *psi*.

Na esteira dessa ideia, supõe-se que as práticas de um psicólogo psicanalista, por exemplo, possam ser deduzidas diretamente da teoria psicanalítica, sendo o trabalho do psicólogo em determinada contingência comumente descrito segundo as teorias que supostamente lhe dariam sustentação.

Em nossa pesquisa, observamos que tal lógica produz a teoria e a prática como domínios de ação muito diferentes nessa profissão, sendo o trabalho psi, dado o seu forte componente relacional, entendido em uma dimensão incorporada: um conhecimento de “organismo”, que “se sente na carne” (conforme verbalizações dos estudantes); em contraposição com o fazer acadêmico, tomado como essencialmente analítico, reflexivo, “ruminante”, parecendo inclusive que o estágio não compunha o currículo, tamanho o confronto entre um mundo e outro. O curioso é que, embora sendo situado no discurso como um conhecimento desprovido de corpo, as competências acadêmicas eram transpostas, em um sentido incorporado, ao fazer

dos estágios, produzindo nos estudantes atitudes analíticas distanciadas, num sentido de espectador, nas intervenções profissionais. Inclusive o uso de metáforas relacionadas às tecnologias de produção e apreensão de teorias fizeram-se bastante presentes na explicação do que faz o psicólogo: fazer *leituras* da realidade era metáfora recorrente na descrição de boa parte das ações dos estudantes nos estágios.

O tema da identificação foi citado diversas vezes como critério para a escolha teórica, expressando a busca por uma relação de identidade, igualdade, entre seu suposto ser e a concepção de ser (de sujeito) supostamente contida nas teorias. Mas seriam nossos “eus” e os “eus” (as concepções de sujeito) das teorias assim tão coerentes? Tanto no campo da cognição, quanto no da epistemologia, tal suposição de coerência tem sido questionada.

De qualquer modo, a ideia de que o *ser* antecede o *fazer* parece motivar, na psicologia, a adoção de uma concepção de sujeito, uma visão de homem, como necessidade *a priori* para a atuação profissional. Entretanto, o que observamos entre os estudantes e a instituição universitária foi um trabalho ativo e cotidiano de separação/purificação dessas concepções. De modo que nos perguntamos: a relação identitária do psicólogo com as teorias que compõem o campo psi seria decorrente de pressupostos e éticas transcendentais preconizados pela epistemologia, ou seria um processo que se ampara mais nas práticas cotidianas de formação de psicólogos? Nossa aposta, ao perguntar à formação em psicologia sobre o que ali se faz, evidenciou um plano concreto de produção da psicologia no presente que extrapola em muito o leque das teorias psicológicas vigentes, mas que, ainda assim, pode ser afirmado como legítimo conhecer e fazer psi na contemporaneidade.



REFERÊNCIAS:

ARALDI, Etiane. **Das escolas e escolhas teóricas às políticas cognitivas: legitimando a experiência e a contingência na colocação do problema do conhecer e do conhecimento psi.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A fábrica de interiores: a Formação Psi em Questão.** Niterói: Eduff, 2000.

FIGUEIREDO, Luiz Claudio Mendonça. **Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos.** Petrópolis: Vozes, 2009.

Projeto Políticas Públicas na Formação promove aproximação do CRPRS com o meio acadêmico



De acordo com pesquisas feitas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP/RS, a formação em Psicologia é apontada como uma das grandes fragilidades ainda impostas para atuação dos psicólogos nas políticas públicas. Paradoxalmente, o campo das políticas públicas atrai um número maior de profissionais a cada ano, que, muitas vezes, chegam ao mercado desconhecendo marcos legais e marcos lógicos que dão fundamento às práticas nessa área.

Buscando minimizar esse problema, o CREPOP vem desenvolvendo desde 2013 o Projeto Políticas Públicas na Formação, proposta que procura qualificar a formação para atuação em diferentes campos das políticas públicas por meio da aproximação entre Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e estudantes de faculdades de Psicologia do estado. A ideia de desenvolver esse trabalho surgiu em 2009, por iniciativa do estagiário da época, Edson Murliki.

O projeto favorece espaços de debate, reflexão e constru-

ção de um pensamento crítico junto aos cursos de graduação, objetivando a construção de referências técnicas para a formação em Psicologia e Políticas Públicas. “Buscamos fortalecer o diálogo entre o CRPRS e o meio acadêmico, dimensionar a percepção dos estudantes sobre seus conhecimentos acerca das políticas públicas e incentivar a reflexão avaliativa sobre a formação profissional do psicólogo para atuar na área”, declara a ex-assessora técnica do CREPOP, Carolina dos Reis.

Para alcançar isso, o projeto segue algumas etapas que incluem apresentação aos coordenadores dos cursos e realização de encontros com os estudantes na sede, sub-sedes do CRPRS ou nas próprias instituições de ensino. “Os registros desses encontros subsidiam a produção de um relatório que reúne as principais questões apontadas pelos alunos, gerando, dessa forma, orientações para construção de um instrumento informativo que sistematize os pontos de reflexão”, explica Carolina.

Os resultados parciais indicam a necessidade de maior aprofundamento teórico no assunto, bem como reconhecimento do caráter transversal da temática dentro da formação. Os alunos também demandam ampliação de espaços de inserção que propiciem maior contato com a prática dos psicólogos nas políticas públicas. Indicam, ainda, a necessidade de uma reformulação metodológica no curso do projeto, visando a ampliar o caráter de intervenção do mesmo. Será incluída uma etapa de pactuações entre os diversos atores envolvidos nas instituições participantes, de modo a produzir espaços para a construção de soluções concretas aos desafios emergidos nas rodas de conversas.



Projeto Formação na sua faculdade

Faculdades de Psicologia que tenham interesse em participar do Projeto de Formação devem entrar em contato com o CREPOP/RS pelo fone (51) 3334.6799 ou pelo e-mail crepop@crprs.org.br.



A Psicologia na educação para o trânsito

A Psicologia exerce uma importante função no trânsito ao estudar a mobilidade humana a partir da análise de diferentes dimensões, processos e fenômenos envolvidos nesse contexto. Pensando nisso, a Comissão de Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana do CRPRS contribuiu na organização do **1º Seminário de Educação para o Trânsito**, realizado pela Prefeitura de Santa Maria em abril. O evento, voltado a professores da rede pública de ensino do município, teve como objetivo despertar a conscientização de que a educação pode mudar o comportamento das pessoas no trânsito.

O CRPRS acredita que a Psicologia pode contribuir nesse processo, envolvendo os professores e toda a sociedade, para que o tema seja trabalhado de forma ampla. Para a Comissão do CRPRS, os professores precisam entender essa transversalidade

para que haja uma real mudança de comportamento da sociedade.

O trânsito deve ser pensado de maneira ampla, considerando todos os envolvidos. **“Quando falamos em trânsito não devemos pensar apenas no fluxo de automóveis, mas considerar, principalmente, que o trânsito é composto por todos nós.** Devemos pensar no aspecto da mobilidade humana, pensar na livre circulação e no deslocamento com segurança, assim como nas relações sociais que se constituem nesse espaço. Ao se deslocar pelas ruas com automóveis particulares, bens privados, as pessoas, muitas vezes, não se dão conta de que estão circulando em um espaço público, com regras estabelecidas pelo governo e pela própria sociedade. Competem entre si, de modo privado, por um espaço que é público e de todos”, declara o coordenador da área técnica do CRPRS, assessor da



SAIBA MAIS:

Assista aos vídeos do 1º Seminário de Educação para o Trânsito, disponíveis em www.crprs.org.br/entrelinhas66.

Artigo “Trânsito e Sociedade” de Sinara Tres Soares e Lucio Fernando Garcia, disponível em www.crprs.org.br/entrelinhas66

Publicação do CRPRS “Trânsito e Mobilidade Humana - Psicologia, Educação e Cidadania”, disponível em www.crprs.org.br/livrotransito



PARTICIPE DA DISCUSSÃO

Quer discutir mais sobre essa relação entre Psicologia e Trânsito? Participe da Comissão de Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana. Acompanhe a agenda de reuniões pelo site <http://crprs.org.br/comissoesegts> ou envie e-mail para comissoes@crprs.org.br e informe seu interesse.

Comissão de Trânsito, Lucio Fernando Garcia.

Para ele, a Psicologia exerce um importante papel ao contribuir na reflexão que abrange conceitos de cidadania e suas implicações, considerando o trânsito como um processo humano e que envolve condições subjetivas. **“Ser cidadão é uma escolha que traz implicações e reflexões sobre responsabilidades, obrigações e direitos”.**

Diversos aspectos psicológicos interferem na forma como as pessoas lidam com o trânsito. A psicóloga Sinara Tres Soares, da Escola Pública de Trânsito do DETRAN-RS, ressalta que mesmo tendo ciência dos riscos aos quais estão expostas, muitas pessoas optam em correr esse risco por acreditar que vale a pena. “Cada pessoa tem uma diferente percepção de risco. **O que para alguns representa mais segurança, para outros pode significar a permissão para correr mais riscos.** O sistema de freios do tipo ABS, por exemplo, traz mais segurança; porém, algumas pessoas, por se sentirem mais seguras com essa tecnologia, acabam correndo mais”, explica Sinara.

Outro aspecto psicológico envolvido no trânsito diz respeito à conduta que autoriza as pessoas a terem determinado tipo de comportamento, contrariando aquilo que elas mesmas acreditam. “Muitos criticam quando os carros param em fila dupla. Porém, quando vão levar o filho

na escola, por exemplo, agem assim e justificam tal atitude com explicações como ‘é bem rapidinho’ ou ‘foi só dessa vez’.

Esse tipo de comportamento reflete a questão do individualismo e da dificuldade das pessoas entenderem que fazem parte de um todo e que estão inseridas em um contexto em que seus atos irão atingir o próximo. “Temos que trabalhar na sensibilização para que cada um compreenda que a sua atitude, seu comportamento, interfere diretamente no trânsito”, afirma a colaboradora da Subsede Centro-Oeste do CRPRS, integrante da Comissão do Trânsito, Aline Bäumer.

Para o evento em Santa Maria, o grupo de colaboradores da Subsede Centro-Oeste produziu o vídeo “Atores no Trânsito” que mostra diferentes pontos de vista que fazem parte do trânsito, revelando como nossa visão muda, dependendo da ótica em que a cena é vista.

A Comissão de Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana do CRPRS está engajada na proposta de desenvolver políticas públicas voltadas à educação para o trânsito. “Queremos investir na continuidade de projetos e eventos como esse Seminário. Acreditamos que alunos e professores engajados tornam-se multiplicadores de ações de educação para o trânsito”, afirma a presidente da Comissão do CRPRS, Elisângela Maria Almeida Santos.

Avaliação Psicológica em situações de perícia e de recursos administrativos

A avaliação psicológica é, sem dúvida, a abordagem mais requisitada nas diferentes instâncias do fazer do psicólogo. Ligada principalmente à necessidade de uma resposta, ocupa um espaço técnico, mas também, muitas vezes se constitui no imaginário, como se pudesse responder a todas e quaisquer questões pautadas, com base na análise do comportamento ou de condições emocionais do avaliando. Essa condição é produzida na medida em que, atualmente, a avaliação psicológica tem sido cada vez mais usada na condição de fundamentar perícia ou em situações judiciais, assim como as que ocorrem em concursos públicos, no próprio processo ou em situações de recurso administrativo.

As avaliações nessas situações seguem o regrado pela profissão através do Código de Ética Profissional do Psicólogo e das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia, assim como devem buscar atender ao solicitado. Entretanto, essa máxima não quer dizer que o psicólogo quando destacado (contratado) como perito, deva conceber tal incumbência como fator a definir o resultado da avaliação. O ato pericial é o de aplicar técnicas e métodos psicológicos objetivando um resultado decorrente de todo o processo que, por meio de instrumentos e/ou de entrevistas, concluirá a avaliação, registrando ao candidato ou periciando as conclusões formuladas. O psicólogo não advoga pela parte, ou seja, o resultado da avaliação psicológica poderá ser muito diferente do resultado almejado pelo candidato ou parte em processo judicial. A avaliação não pode

ser tendenciosa, adaptada ou alterada a fim de alcançar o resultado pretendido pelo candidato, não é uma peça de defesa. É um procedimento técnico/científico, que conclui a partir dos dados e técnicas aplicadas, objetivando responder ao solicitado, dentro de determinados limites, descrevendo o observado e orientando o avaliando sobre os resultados obtidos.

A conduta do psicólogo em todo o procedimento avaliativo deve estar pautada em princípios de responsabilidade técnica e profissional, respaldados em procedimentos científicos e validados. O profissional deve ainda levar em consideração aspectos como bem-estar, dignidade e responsabilidade social dos envolvidos na avaliação, uma vez que a mesma ocorre em um contexto sócio-cultural e, de forma geral, contempla um processo que envolve a sociedade como um todo, especialmente em se tratando de concursos públicos e assessoramento judiciário.

Área Técnica

Lucio Fernando Garcia – Coord. da Área Técnica
Adriana Dal Orsoletta – Psicóloga Fiscal
Flavia Cardozo de Mattos – Psicóloga Fiscal
Leticia Giannchini – Psicóloga Fiscal
Lucia Regina Cogo – Psicóloga Fiscal



Artigo "Avaliação Psicológica e Relações com o Judiciário" publicado na edição nº 64 do EntreLinhas, disponível em www.crprs.org.br/entrelinhas64.

Código de Ética Profissional do Psicólogo, disponível em www.crprs.org.br/codigoetica

Resoluções do CFP disponíveis em www.crprs.org.br/resolucoesCFP



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

[] ausente [] falecido [] recusado [] não procurado [] mudou-se	[] endereço insuficiente [] não existe o número indicado [] desconhecido [] inf. porteiro/síndico [] outros (especificar)
--	--

 data

 rubrica do responsável

VISTO

Agência Avenida Protásio Alves - CEP: 90410-970

Cursos

Especialização em Psicologia Clínica: Terapia Cognitivo Comportamental
 Chapecó/SC
 Informações: (49) 9941.3800
 dilma.andretta@unoesc.edu.br
 www.unoesc.edu.br

V Ciclo de Estudos em Avaliação Psicológica
 18/07/2014 (início módulo 5) / 08/08/2014 (início módulo 6)
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3308.5453
 cicloestudosap@gmail.com
 www.ufrgs.br/geapap

Mediação de Conflitos: Novo paradigma à construção da paz
 Até 09/10/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3222.6134
 info@clipmed.com.br
 www.clipmed.com.br

Curso de Psicanálise
 Até 25/10/2014
 Passo Fundo/RS
 Informações: (51) 3343.3364
 constructo@terra.com.br

Grupos de Estudo

Os contos de fadas como instrumento de conhecimento e desenvolvimento humano
 Caxias do Sul/RS
 Informações: (54) 9175.6500
 claudia@clinicatessari.com.br
 www.recriar.net.br

Introdução à Psico-Oncologia com ênfase em Psicossomática e Psiconeuroimunologia
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 9262.7203 / (51) 8404.1373
 dhmuller@bol.com.br, danitnunes@gmail.com
 psicossomatica-rs.org.br

Estudos Metapsicológicos de Freud
 13/06, 18/07, 15/08, 19/09, 10/10 e 21/11/2014
 Caxias do Sul/RS
 Informações: (54) 8416.6397
 cep.serra@cepdepa.com.br
 cepdepa.com.br

O que fazer quando recebemos uma criança?
 04/07, 01/08, 29/08, 31/10, 07/11/2014
 Caxias do Sul/RS
 Informações: (54) 8416.6397
 cep.serra@cepdepa.com.br
 cepdepa.com.br

Mitologia Grega I
 Até 21/11/2014 (encontros mensais)
 Caxias do Sul/RS
 Informações: (54) 9175.6500
 recriar@recriar.net.br

A obra de Wilfred Bion
 Até 13/12/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3319.7665
 contato@bion.org.br
 www.bion.org.br

Teoria e Técnica das Paradas e Impasses do Tratamento
 Encontros às segundas-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330.3845
 secretaria@sbspdepa.org.br

Observação de Bebês
 Encontros às segundas-feiras
 Novo Hamburgo / RS
 Informações: (51) 3581.4055
 contato@ipsi.com.br

Indicadores de Intersubjetividade de 0 a 2 anos
 Encontros às segundas-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3319.7665
 contato@bion.org.br
 www.bion.org.br

O Estudo da Mente na Psicanálise
 Encontros às terças-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3222.3900
 cepdepa@cepdepa.com.br
 cepdepa.com.br

Conceitos Fundamentais sobre sexualidade na Psicanálise
 Encontros às terças-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3222.3900
 cepdepa@cepdepa.com.br
 cepdepa.com.br

D.W. Winnicott, sua pessoa e suas ideias psicanalíticas
 Encontros às quartas-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3222.3900
 cepdepa@cepdepa.com.br
 cepdepa.com.br

André Green
 Encontros às sextas-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3319.7665
 contato@bion.org.br
 www.bion.org.br

Donald Winnicott
 Encontros às sextas-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3319.7665
 contato@bion.org.br
 www.bion.org.br

Série Em Terapia
 Encontros às sextas-feiras
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3319.7665
 contato@bion.org.br

Trabalhos de Metapsicologia
 Encontro às sextas-feiras
 Caxias do Sul/RS
 Informações: (54) 8416.6397
 cep.serra@cepdepa.com.br
 cepdepa.com.br

Freud Reinventando Freud
 Encontros aos sábados
 Caxias do Sul/RS
 Informações: (54) 8416.6397
 cep.serra@cepdepa.com.br
 cepdepa.com.br

Bion
 Encontros mensais
 Novo Hamburgo/RS
 Informações: (51) 3581.4055
 contato@ipsi.com.br

D. Winnicott
 Encontros mensais
 Novo Hamburgo/RS
 Informações: (51) 3581.4055
 contato@ipsi.com.br

Freud
 Encontros mensais
 Novo Hamburgo/RS
 Informações: (51) 3581.4055
 contato@ipsi.com.br

Iniciando com Winnicott
 Encontros mensais
 Novo Hamburgo/RS
 Informações: (51) 3581.4055
 contato@ipsi.com.br

Introdução ao Aparelho Psíquico
 Encontros mensais
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3319.7665 / (51) 3384.2765
 contato@bion.org.br
 www.bion.org.br

Congressos, Jornadas, Simpósios e Conferências

IV Jornada do Programa da Mulher Dependente Química
 02/08/2014
 São Paulo/SP
 Informações: (11) 2661.8011
 amanda.dias@ipqhc.org.br, omrocha@ipqhc.org.br
 www.ceip.org.br

Jornada Constructo 2014 - com Dr. Jacques André
 15 e 16/08/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3343.3364
 constructo@terra.com.br

Congresso SOCERGS 2014: União de conhecimento e intercâmbio multidisciplinar
 21 a 23/08/2014
 Gramado/RS
 Informações: (51) 3339.1415
 www.socergs.org.br/congresso2014

IV Congresso Brasileiro de Psicologia - Ciência e Profissão
 19 a 23/11/2014
 São Paulo/SP
 www.cienciaeprofissao.com.br

Conferência e Treinamento com a Psicóloga Americana FELICIA CARROLL
 26 a 29/11/2014
 Caxias do Sul / RS
 Informações: claudiatessari@gmail.com
 www.recriar.net.br

Exibição de filme

8 e 1/2 ensaios sobre cinema e sexualidade: filme "Morte em Veneza"
 02/07/2014
 Porto Alegre / RS
 Informações: cinemaesexualidade@gmail.com

8 e 1/2 ensaios sobre cinema e sexualidade: filme "Último Tango Em Paris"
 13/08/2014
 Porto Alegre / RS
 Informações: cinemaesexualidade@gmail.com

8 e 1/2 ensaios sobre cinema e sexualidade: filme "Canção de Amor"
 10/09/2014
 Porto Alegre / RS
 Informações: cinemaesexualidade@gmail.com

8 e 1/2 ensaios sobre cinema e sexualidade: filme "Ata-me"
 08/10/2014
 Porto Alegre / RS
 Informações: cinemaesexualidade@gmail.com

8 e 1/2 ensaios sobre cinema e sexualidade: filme "O Livro de Cabeceira"
 12/11/2014
 Porto Alegre / RS
 Informações: cinemaesexualidade@gmail.com

Oficina

Oficina de Produção Psicanalítica e Literária
 Segundas ou quartas-feiras (6 encontros)
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3319.7665
 contato@bion.org.br
 www.paulofernamonteferraz.blogspot.com